

NA BIBLIOTECA DO ITAMARATI

Poucas instituições brasileiras podem se honrar de ter prestado tantos serviços à história brasileira como o Itamarati. Pelo menos quatro dos maiores historiadores brasileiros foram membros da casa: Varnhagen, Rio Branco, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. De modo que não é de admirar que ali se encontre uma das melhores coleções de documentos e livros raros que há entre nós e um valiosíssimo arquivo histórico, que abrange não só os documentos particulares de ilustres diplomatas, como Duarte da Ponte Ribeiro, Rio Branco e Joaquim Nabuco, como também grande parte da biblioteca de Varnhagen adquirida em leilão no Chile e toda a de Rio Branco, o que vale dizer: um dos mais preciosos acervos para o estudo da história brasileira.

Procurei a biblioteca para consultar alguns códices contendo manuscritos seiscentistas, recentemente adquiridos por iniciativa do seu ilustre diretor, dr. Luís Camilo de Oliveira Neto. São eles: o códice contendo documentos do governo geral de Gaspar de Sousa e referentes ao período 1612-1616; os do Conde da Torre reunindo a preciosa documentação datada de 1630-1640 sobre o seu governo e a armada que, sob a sua chefia, foi derrotada pelos holandeses em 1640; e o chamado *Livro Primeiro do governo do Brasil*, que compreende parte da documentação do governo-geral de D. Luís de Souza (1615-1621). E digo parte porque a documentação se completa com a do *Livro segundo do Governo do Brasil*, que tendo pertencido à biblioteca de Eduardo Prado, foi adquirido pelo Museu Paulista e publicado em seus *Annaes*. O interesse para a história de Pernambuco em todos estes códices é enorme: Gaspar de Sousa e D. Luís de Souza, governadores-gerais do Brasil, passaram o primeiro quase todo o tempo e o segundo grande parte do seu governo em Olinda e no Recife; quanto ao Conde da Torre, o seu objetivo era expulsar os holandeses das capitanias por ele conquistadas, de maneira que os sucessos da expedição e a posterior derrota da armada dizem diretamente respeito a Pernambuco.

Sentem já, os que se dão ao estudo da história, sensível modificação para melhor nos propósitos das nossas principais bibliotecas e arquivos; a aquisição destes códices pelo Itamarati e o de um valiosíssimo diário de um oficial inglês, Cuthbert Pudsey, que esteve dez anos em Pernambuco integrando o exército holandês (1630-1640), pela Biblioteca Nacional, por exemplo, indicam que o conhecimento do passado brasileiro já não é considerado diletantismo ou simples passatempo de velhos caturras. É verdade que uma das conseqüências destes novos propósitos não parece ter sido compreendido pelos que se incluem na chamada "elite intelectual" e continua-se a improvisar, por passes de mágica, historiadores e mesmo mestres de história.

O códice Gaspar de Sousa ou, para usar o título que se lê na lombada do volume, a coleção de "Cartas del Rey scriptas aos senhores Álvaro de Souza e Gaspar de Souza. Tomo 1º" (único conhecido) contém pouco menos de 500 folhas de texto e foi adquirido em Portugal. Pela sua leitura, o triênio do governo de Gaspar de Sousa (1612-1615) pode ficar conhecido em muitos detalhes; e mencione-se o fato que o próprio Varnhagen conhecia tão pouco sobre esse período que a sua *História Geral do Brasil* e as notas de Rodolfo Garcia, são pobríssimas em informações a respeito. E não só pobres, como em alguns pontos inexatas, pois nem um nem outro conheceu a documentação desta coleção de manuscritos. Toda ela é constituída dos próprios originais e abre-se com o título de governador do Brasil passado a Gaspar de Sousa, em pergaminho, com autógrafo régio.

Na "Instrução para Gaspar de Souza, de cousas particulares" (Lisboa, 17 de agosto de 1612), escreveu o Rei que Alexandre de Moura, capitão de Pernambuco, queixou-se de que os "negros de Guiné alevantados não têm freio", pelo que lhe pedia que em cada uma das oito freguesias da Capitania houvesse um Capitão de campo com 20 casais de índios com que pudessem fazer suas saídas - o que indica que o problema criado desde o século XVI pelos negros aquilombados ia-se agravando de ano para ano. No "Regimento" dado ao governador, recomendava o Rei com muito empenho a fortificação do Recife e da Bahia, para o que tinha enviado plantas para se levantar uma fortaleza sobre os arrecifes da barra daquele porto. A planta ou "traça" era de autoria de um grande engenheiro espanhol, Tibúrcio Espanochi, e foi por ela que se levantou o forte da Laje ou do Picão - e por forte da Lage era conhecido nos primeiros anos do séculos XVII. Ficou concluído em 1613, possivelmente sob as vistas de outro grande engenheiro, que tem o nome ligado a muitas obras no Brasil, Francisco de Frias da Misquita, a respeito de quem D. Clemente Nigra, O.S.B., muito teve a nos ensinar. Ainda a propósito de fortificação do Recife, a coleção Gaspar de Sousa apresenta documento interessante sobre a defesa do bairro do porto, em que surge a mais antiga referência à Cruz do Patrão. Pereira da Costa menciona como a mais antiga a de Henry Koster, da qual deduziu que já em fins do século XVIII existia o monumento que a página de Franklin Távora tornou famoso. Segundo esse documento, Gaspar de Sousa propusera ao Rei, em carta de 24 de maio de 1612, que se entrincheirasse a povoação do Recife "toda à roda", concorrendo cada morador com a despesa correspondente às obras feitas à testada de suas casas; sugeria ainda que onde a povoação terminava do lado do istmo, se levantassem dois baluartes, um do lado do mar, outro do rio, mudando-se a localização do forte velho, que estava de todo arruinado, mais para perto do povoado, "onde ora está huma cruz de pao". Mas o rei não concordou com a sugestão do entrincheiramento e as suas ordens foram no sentido de fazer-se, em lugar das trincheiras, "casas de modo edificadas... que sejam muro ao longo d'agoa de uma parte e outra". Autorizava a mudança do forte, mas não a construção dos dois baluartes. A fortificação do bairro do Recife - que por algum tempo se pensou em transformar em "cidadela" - começou desde então a preocupar a administração e só vieram a ter fim os projetos neste sentido, no século XVIII, com os do brigadeiro Massé e os do beneditino Domingos do Loreto (Joassar). Que as obras de defesa eram de urgente necessidade é indicação que se pode colher em outro documento, também de 1613. Em carta a Alexandre de Moura, capitão de Pernambuco, comunicava o rei que "por avisos que se tiveram de Holanda de boa parte, se tem entendido que aqueles rebeldes pretendem cometer este ano essa Capitania, com intento de a tomar" pelo que "me pareceu mandar-vos logo este aviso com esta caravela... que tanto que o receberdes sem perder uma só hora de tempo vos ponhais em ordem e defesa"...

Ainda desta vez não tentariam os holandeses tomar o Recife, mas na verdade causavam enorme prejuízo aos pernambucanos, agricultores e comerciantes, pelo quase completo domínio do mar. Calculava-se que por ano os holandeses, os ingleses, mas sobretudo os primeiros aprisionavam no mar, vindos do Brasil, mais de 35 navios, com grandes perdas para os particulares e para a coroa, pois "cada navio destes o menos que traz, um por outra, são 400 caixas de açúcar, fora as outras drogas" (documento do Códice *Livro Primeiro do governo do Brasil*). O comércio marítimo chegou a ponto de crise pouco depois de 1620, com o pleno controle das linhas de navegação portuguesa pelos corsários flamengos e "pichelingues". Há a respeito documento interessantíssimo, neste último códice, indicando com detalhes a enorme repercussão do fato sobre a economia pernambucana, em particular.

Diversas sugestões para fazer frente à situação foram feitas ao Rei por governadores e simples particulares residentes no Brasil. É uma fase interessante esta, de entusiasmo colonial ou brasileiro, em que pessoas residentes na colônia procuravam demonstrar em memórias, ofícios ou mesmo, literariamente, em "diálogos", a importância do Brasil na economia portuguesa e a correspondente necessidade de defender o seu comércio. É a fase de um D. Diogo de Menezes, de um Pedro Cadena de Vilhasanti e, em especial de um Ambrósio Fernandes Brandão.

Um dos governadores-gerais chegaria a escrever ao Rei quase no tom do Porque-me-ufano, as seguintes palavras, que traduzo do espanhol: "A quantidade de açúcares, pau-brasil, madeiras excelentíssimas, ouro, esmeraldas, ferro, algodão, âmbar, pimenta, gengibre e outros frutos que colhemos, moradores, tão próprios e acomodados à saúde e à vida, além do saudável do ar e da bondade das águas, deram ocasião a que dissesse um velho soldado e cortesão do meu apelido, que se o Rei de Portugal se mudasse para o Brasil faria uma loucura muito acertada. E porque tudo isto é bem conhecido dos ministros da junta a que Vossa Majestade me ordena envie este papel, não é necessário discorrer sobre esta matéria para mostrar que só o Brasil sustenta Portugal e por isso a deixo como coisa averiguada e assentada" (manuscrito da segunda década do século XVII, *Livro Primeiro*).

Toda essa euforia surgia, como disse, em uma das fases de maior depressão até então da economia brasileira. Os historiadores ainda não indicaram, com boa documentação, o que representou para o comércio e para a indústria da colônia, o que vale dizer, para a indústria açucareira, o domínio dos mares pelos piratas. As próprias viagens costeiras eram inseguras e havia a ameaça constante de que, assaltado um ponto da costa, não pudessem os habitantes de pontos próximos acudir a ele por mar. Para evitar o risco, determinou-se que se abrissem estradas por terra, construindo-se pontes nos pequenos rios e instalando-se barcas de passagens permanentes nos maiores. Encontrei exatamente um roteiro para a estrada entre Pernambuco e a Bahia, com muitos detalhes de interesse para a história da penetração em direção do sul sob o título: "Relação para a diligência que se há de fazer sobre os caminhos da Bahia e Pernambuco" (1611).

Ainda com referência a trabalhos e obras públicas realizadas em Pernambuco pelo governador-geral Gaspar de Sousa, há no respectivo códice duas certidões em originais: uma do Provedor e irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Olinda e outra dos Juizes e Vereadores da Câmara da então vila, ambas de julho de 1616. Segundo esses documentos, o governador era homem de rara energia, pois havendo em Olinda tantas centenas de soldados destinados à conquista do Maranhão, não houve "queixa alguma dos moradores nem escândalo que os soldados dessem; porque sendo tantos e a maior parte solteiros e homens do sertão e criminosos, assim os trazia doutrinados que nenhum se ousava desmandar". E conseguiu tanta simpatia entre os da terra "que por seu respeito, não houve homem nobre nem honrado na terra que não viesse oferecer os filhos e parentes voluntariamente e muito farão à sua custa" à dita conquista. E foram tantos os apresentados "que chegou a não querer assentar gente para a conquista". E não só isto: nas cousas públicas "consta fazer-se mais nesta Capitania em seu tempo que em nenhum outro". E os olindenses agradecidos não se pouparam em relacionar todas as obras "com que enobreceu a terra": a conclusão do forte da Lage (Picão), completa reconstrução do forte velho e de "trincheiras e faxina na praia desta vila no sítio em que estavam outras antigas", a continuação das obras da matriz do Salvador, "fazendo-se uma sacristia e uma barbacan, obra necessária e custosa", a construção de uma Casa da Alfândega e

Armazém, “fábrica maravilhosa”, dizem uns, “obra real”, dizem outros, além de “fontes, poços, calçadas e pontes em diversas partes para comodidade das passagens dos rios e caminhos”. Com a documentação dos Códices Gaspar de Sousa e D. Luís de Sousa – valiosíssimos para a história de Pernambuco – e agora ao alcance dos historiadores, vão sendo preenchidas as lacunas de boas fontes históricas até há pouco sensíveis para o conhecimento dos primeiros 30 anos do século XVII, anteriores à ocupação do Nordeste pelos holandeses.

Fonte: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco**. Recife, 9 jul., 1950.